



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO – MEMBRO DO COMITE DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Greve Nacional da Educação, com grandes manifestações em todo o país - é preciso desenvolver a independência de classe



O dia 15 de maio ficará marcado pela greve nacional da educação, contra os cortes de verbas e a reforma da Previdência. Em dezenas de cidades, as universidades paralisaram as aulas. Aderiram ao movimento professores da rede particular de ensino, estudantes, funcionários e professores das universidades estaduais, professores do ensino médio e fundamental público, além das universidades federais.

Houve greves nas universidades de Acre (1), Alagoas (4), Amazonas (1), Bahia (9), Ceará (3), Distrito Federal (3), Espírito Santo (2), Goiás (2), Maranhão (2), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (3), Minas Gerais (15), Paraíba (3), Pará (5), Pernambuco (4), Paraná (9), Piauí (2), Rio de Janeiro (9), Rondônia (1), Rio Grande do Norte (5), Rio Grande do Sul (11), Santa Catarina (5), São Paulo (24 campi), Sergipe (1), Tocantins (1). 26 escolas particulares em S. Paulo se colocaram pela paralisação. Em pelo menos 12 cidades do interior paulista houve protestos de rua. Manifestações massivas nas capitais dos estados, com dezenas de milhares e até centenas de milhares.

A adesão massiva à greve nacional da educação mos-

tra que há uma forte tendência de luta entre as massas estudantis. As manifestações de rua massivas disseram não ao governo ditatorial, fascistizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro. Indicaram o descontentamento com os ataques da burguesia e as contrarreformas que destroem direitos e impõem brutal retrocesso a antigas conquistas dos explorados. As massas em luta, na prática, se distanciam, ainda que em certo grau, da política de “diálogo” ditada pelas direções. Certamente, a ausência de uma forte organização revolucionária por meio do partido, e enraizada entre as massas estudantis poderia projetar ainda mais essas manifestações contra o governo, a reforma da Previdência e os cortes. O momento e a necessidade da unidade colocaram concretamente a organização das assembleias gerais universitárias (dos três setores), que chegaram a se realizar em unidades, ainda que limitadas.

Professores de Porto Alegre foram reprimidos pela polícia com bombas de gás. Também no Rio de Janeiro, à noite, houve repressão policial contra os manifestantes, após o encerramento do ato. Em geral, a polícia não ata-

cou os movimentos. Note-se que o Ministro Weintraub, da Educação, foi convocado a depor na Câmara dos Deputados, inclusive por parlamentares ligados ao governo, o que mostra que uma parte da própria burguesia não aprovou a medida.

Chamou a atenção o fato de reitores de diversas universidades terem se colocado a favor do movimento. O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) se manifestou em declaração conjunta nesse sentido. O reitor da Universidade Federal de Goiás convocou uma assembleia geral universitária (de caráter apenas consultivo), com mais de 5 mil pessoas. E há vários outros exemplos.

Certamente esse gesto indica que a burocracia universitária e as reitorias se sentiram atingidas em seus interesses particulares. Os cortes do governo Bolsonaro lhes vão afetar de diversas formas, e são essas consequências que moveram os burocratas a apoiarem a greve. É fundamental garantir a independência política e organizativa do movimento, e não confundir as suas bandeiras com os interesses corporativos da burocracia.

As movimentações dos reitores e burocracias contra o governo expressam a profunda crise política e econômica, bem como o caráter ditatorial do governo Bolsonaro. No entanto, não devem ser vistas como “parte” do movimento dos que estudam e trabalham. É um grave erro subordinar as reivindicações mais sentidas de estudantes e trabalhadores, bem como seus métodos de luta, à unidade com as reitorias e suas burocracias. E isso vem acontecendo, desde antes do dia 15 de maio.

Se as reitorias e suas burocracias estão em choque com o governo, significa que a repressão interna nas universidades está momentaneamente bloqueada por conta dos interesses particulares dessa casta, e isso favorece a mobilização de dentro para fora delas. O que não pode levar a anular a luta dos que estudam e trabalham por suas necessidades mais sentidas, e com os métodos da luta de classes. E é isso o que têm defendido, de forma aberta ou velada, a maior parte das direções do movimento.

Exemplos disso ocorrem quando essas direções com-

bateram, nas assembleias, os métodos de luta que se chocam com as reitorias e burocracias. Para as direções de PT/PSOL/PCdoB/PCB, não se deve organizar “trancoços” de entradas, piquetes com “cadeiraços”, protestos contra as reitorias, nada disso. Afirmam que a greve é para o “diálogo” com a sociedade, para explicar os malefícios dos cortes na educação. Essa política está subordinada à pressão parlamentar e de desgaste eleitoral, não voltada à ação direta de combate de massas nas ruas. Pela via

das eleições e parlamento, controladas pelo mesmo poder econômico que reivindica os cortes em favor do parasitismo financeiro, as universidades públicas tendem a falir.

A tática revolucionária, nessa situação, é golpear o governo com as forças que estão se opondo aos ataques, o que inclui o protesto da burocracia e das reitorias, mas marchar completamente separados delas, com nossas próprias bandeiras e métodos de ação. Neste caso, a luta para por *Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes*, e por nenhum corte das verbas da Educação, está interligada. Assim como a defesa da real *autonomia e democracia universitárias* (quando se pretende aumentar a ingerência governamental sobre as universidades), que só podem começar a existir no marco da convocação das *Assembleias Gerais Universitárias* (dos três setores), com poder de deliberação, e opostas ao controle das reitorias/governos. Portanto, excludentes das reitorias/burocracias.

Quando levantamos nossas bandeiras e métodos de luta de forma

independente das reitorias e burocracias, estamos preservando a independência política e organizativa do movimento. Essa independência é necessária, para que não se perca de vista o caráter das reitorias/burocracias, que são instrumentos autoritários e repressivos da burguesia e seus governos, contra os que estudam e trabalham. E para que não se limite o movimento aos interesses particulares dessa casta, mas que se o expanda para se unir às lutas gerais dos explorados contra o governo e a burguesia. Somente assim, a greve nacional da educação de 15 de maio poderá ser um passo na direção de uma verdadeira greve geral no dia 14 de junho.



A tática revolucionária, nessa situação, é golpear o governo com as forças que estão se opondo aos ataques, o que inclui o protesto da burocracia e das reitorias, mas marchar completamente separados delas, com nossas próprias bandeiras e métodos de ação.